

ILUSTRÍSSIMO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS, SENHOR CELSO LUIZ PEREIRA, E ILUSTRÍSSIMOS(AS) INTEGRANTES DAS 1ª (PRIMEIRA) E 2ª (SEGUNDA) LINHAS DE DEFESA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE/MT, localizada na Avenida Castelo Branco, Paço Municipal, Nº 2.500, CEP.: 78.125-700, Várzea Grande/MT.

roberteudes@hotmail.com

procuradoriapmvarzeagrande@gmail.com

controladoriapmvg21@gmail.commcplvarzeagrandepipi@gmail.com

ouvidoria@varzeagrande.mt.gov.br

cplvarzeagrandepi@gmail.com

prefeituramvg20212024@gmail.com

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 02/2025

PROCESSO Nº 1044027/2025

Data: 30/06/2025

Horário: Às 10:00 Horas no Sítio Eletrônico

FAST INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA., Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) sob o Nº **00.771.598/0001-12**, com sede localizada na Avenida José Leonardo dos Santos, Nº 1.955, Bairro São Cristóvão, CEP.: 89.665-000, Capinzal/SC – doravante denominada **FAST**, **EMPRESA FAST** ou **IMPETRANTE** –, VEM respeitosamente, por seu **REPRESENTANTE LEGAL** devidamente constituído conforme documentos em anexo (Doc. 01),

IMPETRAR, tempestivamente,
o presente PEDIDO de IMPUGNAÇÃO de
alguns ITENS do EDITAL “ut supra”, conforme comentários
que serão apresentados a seguir (Item 2 e seus Subitens),
– com fulcro no caput do Art. 164 da Lei Nº 14.133/2021 e
com fundamento no ITEM EDITALÍCIO 11.1 do
ITEM 11 constante no ATO CONVOCATÓRIO supracitado –,

porque V. Sas. elaboraram e aprovaram um
EDITAL “DIRECIONADO” somente para os
FORNECEDORES ou REPRESENTANTES EXCLUSIVOS
do RESERVATÓRIO em uma CONCORRÊNCIA “aberta”
e não em uma CONTRATAÇÃO DIRETA por
EXCLUSIVIDADE em caráter de INEXIGIBILIDADE em
e, caso não RETIFIQUEM o mencionado DIRECIONAMENTO,
além de outros VÍCIOS SANÁVEIS,
esta EMPRESA FAST irá REQUERER A NULIDADE do
EDITAL DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 02/2025;

tudo de acordo com as **RAZÕES** de **FATO** e de **DIREITO** que serão apresentadas a seguir:

!
DAS RAZÕES DA PRESENTE
DEMANDA E DE SUA TEMPESTIVIDADE

Preliminarmente, faz-se necessário aqui consignar que os explícitos VÍCIOS de conduta dessa ADMINISTRAÇÃO regulam-se pelo PRINCÍPIO GERAL DA LEGITIMIDADE, ou seja, ninguém pode exercer em nome próprio direito alheio e, ainda, pelo INTERESSE DE AGIR, isto é, ninguém pode pleitear providência que não seja apta a eliminar conflito de interesses de que participe.

Assim, todo aquele que possuir potencial interesse em participar da LICITAÇÃO “ut retro”, como é o caso desta **IMPUGNANTE**, tem a FACULDADE de QUESTIONAR o ATO CONVOCATÓRIO em questão e, por este motivo, a REVOGAÇÃO

ou a NULIDADE do EDITAL DE LICITAÇÃO acarreta, sempre, a necessidade de seu REFAZIMENTO, com fulcro nos § Único do Art. 164 da Lei nº 14.133/2021, in verbis:

Lei Nº 14.133/2021:

“Art. 164. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimentos sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3(três) dias úteis da data de abertura do certame.

Parágrafo Único. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3(três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data de abertura do certame.”

Entretanto, no que tange ao PRAZO e CONDIÇÕES para IMPUGNAÇÃO do referido EDITAL, em seu ITEM 11 e SUBITENS 11.1 e 11.2, estabelece como deve ser **IMPETRADO o PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO DO EDITAL**, nestes termos:

11. A IMPUGNAÇÃO AO EDITAL (...):

“11.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital ou irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3(três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

11.2. A resposta à impugnação ... será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3(três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.”

Observa-se, ainda, que a **ADMINISTRAÇÃO** dessa **PREFEITURA** tem o **DEVER-PODER** de rever seus atos e anulá-los quando eivados de **VÍCIOS**, seja de ofício ou mediante provocação, como é o caso OBJETO do presente PEDIDO, conforme

JURISPRUDÊNCIA emanada do **SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (STF)** que assim decidiu, neste caso por meio da **SÚMULA Nº 473**, o seguinte, *“in verbis”*:

“A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornem ilegais porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial”. (Grifos nosso)

Sobre o tema, mais uma vez o **SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (STF)** assentou, por meio da **SÚMULA Nº 346**, que **“A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PODE DECLARAR A NULIDADE DOS SEUS PRÓPRIOS ATOS”**, inexistindo, em consequência, qualquer restrição quanto ao momento de DECLARAÇÃO DE INVALIDADE, devendo, a mesma, ocorrer quando constatada a NULIDADE do(s) ato(s) praticado(s).

Neste sentido, também, é o posicionamento de toda a DOUTRINA sobre o assunto — aliás, conforme já devidamente mostrado e, sobretudo, provado — que evidencia, sempre, o caráter do DEVER JURÍDICO de tal declaração, máximo quando, como é o caso, estão em jogo interesses de terceiros e, porque não dizer, interesses dos munícipes do **MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE**.

Porém, em face dos inúmeros **“VÍCIOS DE FORMA SANÁVEIS”** encontrados no INSTRUMENTO EDITALÍCIO retromencionado, ainda que essa **PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE** esteja imbuída das melhores intenções, o que acreditamos sem qualquer ressalva, e, até mesmo, imaginando estabelecer comandos, diretrizes e regras que a beneficiam, sempre em nome do

INTERESSE PÚBLICO, o fato é que o citado EDITAL encontra-se disciplinado por comandos que, certamente, traduzidos em CLÁUSULAS EDITALÍCIAS VICIADAS, criará inúmeros obstáculos para o sucesso da CONTRATAÇÃO vislumbrada por V.Sa. que, obviamente, diante das CLÁUSULAS RESTRITIVAS impostas por essa **ADMINISTRAÇÃO**, certamente CONTRATARÁ com SOBREPREGOS.

Diante deste fato, esta **IMPUGNANTE** gostaria de aqui consignar que, em nenhum momento, a presente **PROPOSIÇÃO** visa ou tem por objetivo “**tumultuar**”, “**atrapalhar**” ou, ainda, “**criar**” obstáculos ao desenvolvimento processual da **LICITAÇÃO** em referência, mas, em face dos aspectos comprometedores da citada **CONCORRÊNCIA**, além dos mesmos afrontarem a ORDEM JURÍDICA, que, s.m.j., denominam-se **VÍCIOS SANÁVEIS EDITALÍCIOS** que trarão prejuízos incalculáveis ao **INTERESSE PÚBLICO** e, caso V.Sas. insistam na realização do referido **CERTAME** sem alterar o referido **EDITAL**, esta **EMPRESA FAST** buscará extrajudicialmente ou talvez judicialmente seus **DIREITOS**.

II
DOS “VÍCIOS SANÁVEIS”,
EMBORA RESTRITIVOS E ILEGAIS,
CONTEMPLADOS NO EDITAL E NO PROJETO BÁSICO
DA CONCORRÊNCIA RETROMENCIONADA

2.1
1ª (primeira) Ilegalidade Constatada na
encontra-se na Norma Infralegal, denominada
Decreto nº 81/2023, porque não é uma Norma Legal

A NOVA LEI DE LICITAÇÕES PÚBLICAS E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS DE Nº 14.133/2025 em seu Art. 1º estabelece que Normas Gerais de Licitações e Contratações pelos Entes Federados Brasileiros – em cumprimento ao Inciso XVII do Art. 22 da Constituição Federal/1988 –, onde determina que, in verbis:

“Esta Lei estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados e do Distrito Federal e dos Municípios, quando no desempenho de função administrativa;”,

incluindo essa Prefeitura, esse Município e V. Sas., mesmo que vocês se achem acima da CF/1988 e da Lei Nº 14.133/2021 porque regulamentar a mencionada Norma Legal não significa dizer que V. Sas. poderão alterar, descaracterizar ou afrontar alguns institutos ou Princípios ali contemplados ou consagrados, com as vênias de praxe, in verbis:

Constituição Federal/1988:

“Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

XXVII – normas gerais de licitação e contratação, em todas as modalidades, para as administrações públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, obedecido o disposto no art. 37, XXI, (...);”

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerão aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também ao seguinte:

XXI – ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços e compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a

todos os concorrentes, com cláusulas que restabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da Lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia de cumprimento das obrigações.”

Ao procedermos a análise do EDITAL DE LICITAÇÃO e dos ANEXOS da CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA aqui mencionada, percebe-se claramente que alguns ITENS e SUBITENS EDITALÍCIOS encontram-se **“viciados”** porque, os mesmos, além das **“irregularidades”** e **“ilegalidades”** RESTRITIVAS constatadas, também se observa implicitamente que essa **PREFEITURA** está desejando **CONTRATAR** uma **“certa”** empresa que, de alguma forma, PODERÁ estar por trás do “elaborado” do ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR e/ou do EDITAL DE LICITAÇÃO ao sugerir que a LICITANTE deve **“Comprovar através de declaração, datada e assinada pelo responsável legal da fabricante do Reservatório, que a proponente é fornecedora ou representante exclusivo de seus produtos”** é, sem qualquer dúvida acerca desta observação, um **“disfarçado” DIRECIONAMENTO DO EDITAL DE LICITAÇÃO** para uma **“certa empresa licitante”**, com as vênias de estilo porque a **CONCORRÊNCIA** em referência não é uma **CONTRATAÇÃO DIRETA POR INEXIGIBILIDADE** em **CARÁTER DE EXCLUSIVIDADE**.

Na verdade, quando esta **EMPRESA FAST** decidiu pela formalização da presente PROPOSTA DE IMPUGNAÇÃO do EDITAL retromencionado porque sentiu-se na OBRIGAÇÃO de aqui registrar todos os **VÍCIOS RESTRITIVOS, ARBITRÁRIOS** e **ILEGAIS** contemplados no mencionado INSTRUMENTO EDITALÍCIO e, diria mais, a

presente atitude traduz um dever indeclinável de defender nossos interesses comerciais e também mostrar, neste caso específico a V.Sas., os inúmeros aspectos do EDITAL que, não obstante o referido ATO CONVOCATÓRIO tenha sido elaborado com a intenção precípua de **RESTRINGIR** a participação de LICITANTES que querem, desejam e poderão ser VENCEDORAS com PREÇOS BAIXOS, certamente os VÍCIOS aqui apresentados irão ferir o INTERESSE PÚBLICO da mencionada CONTRATAÇÃO.

2.2

2º (segundo) Vício Sanável Estabelecido no Edital Retro mencionado, conforme Transcrição “ipsis litteris” abaixo:

PROJETO BÁSICO Nº 02/2025, REV. 04

“4.2. Garantia da contratação

4.2.1. Para consumação do acordo contratual, a proponente que obtiver êxito no certame licitatório deverá, como requisito indispensável e inalienável, apresentar uma apólice de seguro-garantia com cláusula de retomada de 5% ... do valor do contrato, tal como prescrito nos artigos 98 e 102 da Lei Nº 14.133/2021.

4.2.4. Em caso de inadimplemento pelo contratado, a seguradora deverá assumir a execução e concluir o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 102).

Antes de adentrarmos na exigência **ILEGAL** transcrita acima que se encontra exigida no GERTAME LICITATÓRIO “ut retro” que se chama **LEI INTERNA DO PROCESSO LICITATÓRIO**, gostaria de chamar a atenção de V. Sas. – com todo respeito que V. Sas. merecem desta IMPUGNANTE –, para os motivos que serão comentados abaixo para que sejam sopesados ou considerados por parte do ILUSTRÍSSIMO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS e, também, pelos **ILUSTRÍSSIMOS(AS)**

INTEGRANTES DAS 1ª (PRIMEIRA) e 2ª (SEGUNDA) LINHAS DE DEFESA dessa
PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE:

1º MOTIVO: Diferentemente das exigências editalícias previstas nos ITENS 4.2, 4.2.1 e 4.2 transcritas acima neste **2º VÍCIO SANÁVEL** que afrontam claramente a **NORMA LEGAL** e em desconformidade com o Inciso XXII do Art. 6º, Art. 99 e Art. 102 e seus Incisos, alíneas e parágrafo da Lei Nº 14.133/2021, isto é,

“XXII- obras, serviços e fornecimentos de grande vulto: são aqueles cujo valor estimado supera R\$ 250.902.323,87” e, ainda, o “Art. 99. Nas contratações de obras e serviços de engenharia de grande vulto, poderá ser exigida a apresentação de garantia, na modalidade seguro-garantia, com cláusula de retomada prevista no Art. 102 desta Lei, em percentual equivalente a até 30%(...) do valor inicial do contrato.” e, também, de acordo com o

“Art. 102, na contratação de obras e serviços de engenharia, o edital poderá exigir a prestação da garantia na modalidade seguro-garantia, em caso de inadimplemento pelo contratado, assumir a execução e concluir o objeto do contrato, hipótese em que:

I - a seguradora deverá firmar o contrato, inclusive os aditivos, como interveniente anuente e poderá:

a) ter livre acesso às instalações em que for executado o contrato principal;

b) acompanhar a execução do contrato principal; c) ter acesso a auditoria técnica e contábil;

d) requerer esclarecimentos ao responsável técnico pela obra ou pelo fornecimento;

II - A emissão de empenho em nome da seguradora, ou a quem ela indicar para a conclusão do contrato, será autorizada desde que demonstrada sua regularidade fiscal;

III - A seguradora poderá subcontratar a conclusão do contrato, total ou parcialmente.

Parágrafo único. Na hipótese de inadimplemento do contratado, serão observadas as seguintes disposições:

I - Caso a seguradora execute e conclua o objeto do contrato, estará isenta da obrigação de pagar a importância segura indicada na apólice;

II - Caso a seguradora não assuma a execução do contrato, pagará a integralidade da importância segura indicada na apólice.

2º MOTIVO: Embora o Art. 6º da Lei nº 14.133/2021 determine em seu Inciso XXII que **OBRAS, SERVIÇOS e FORNECIMENTOS DE GRANDE VULTO são aqueles cujo valor estimado SUPERA R\$ 250.902.323,87**, mas, no caso de V. Sas. que se encontram no município VÁRZEA GRANDE, “inventaram”, para a CONCORRÊNCIA em comento, um PEQUENO VALOR e o denominaram de GRANDE VULTO com um VALOR INFIMO DE APENAS R\$ 16.533.022,46. Além destes motivos, V. Sas. esqueceram plenamente de que o SEGURO-GARANTIA COM CLÁUSULA DE RETOMADA poderá não ser interessante para as SEGURADORAS ou as mesmas poderão cobrar valores absurdamente altos em razão do enorme risco em ter de assumir a execução da obra ou de pagar a integridade da importância segura indicada na apólice que poderá ser de cerca de **5% DO VALOR DO VALOR ESTIMADO DE R\$ 16.533.022,46 ENCONTRA-SE O VALOR SEGURADO DE R\$ 826.651,12** que certamente, com as devidas vênias, se a LICITAÇÃO em questão vir a ser DESERTA, FRACASSADA ou que a execução do contrato ou a sua conclusão não venha a atenda ao INTERESSES PÚBLICO dessa PREFEITURA a **“culpa ou dolo”** poderá responsabilizar V. Sas.

Diante do exposto nos parágrafos anteriores deste 2º VÍCIO SANÁVEL sobre a **CLÁUSULA DE RETOMADA** ou “**Performance Bond**”, faz-se necessário aqui consignar que, de acordo com o entendimento dos advogados Caio Augusto Nazário de Souza, Luís Henrique Braga Madalena e Pedro Henrique Brás de Vita assim se pronunciaram no artigo Reflexões sobre a Cláusula de Retomada na Nova Lei de Licitações, assim se pronunciaram, nestas palavras, “ **Um primeiro aspecto a ser destacado é que a cláusula de retomada implica no aumento do risco a ser assumido pela seguradora, já que em caso da inadimplência por parte do segurado ela lidará com questões que fogem de sua área de atuação. Bem por isso a inclusão dessa cláusula no edital deve ser justificada pela Administração, devendo sua utilização estar associada a um especial risco de inadimplência. O seu uso implica em maiores custos de contratação, e, portanto, somente se justifica para mitigar riscos efetivos envolvidos na contratação.**” (Grifos do Advogado)

2.3

3º(Terceiro) Vício Sanável Estabelecido no Edital Retromencionado, conforme Transcrição “ipsis litteris” abaixo:

EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 02/2025

“2. DA PARTICIPAÇÃO

2.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, ..., nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

Valor Estimado: R\$ 16.533.022,46”

Percebe-se lamentavelmente que V. Sas. têm um “comportamento” baseado no cumprimento de uma lei própria e não no CONSTITUCIONAL PRINCÍPIO DA LEGALIDADE é VINCULANTE c/c a Lei nº 14.133/2025, em seu Art. 4º e § 1º e

Incisos I e II e § 2º, onde determina, de forma totalmente diferente do que se encontra previsto no ITEM 2 e SUBITEM 2.5 do ATO CONVOCATÓRIO transcrito anteriormente e neste 3º (TERCEIRO) VÍCIO INSANÁVEL, e, por estes motivos, V. Sas, mais uma vez, afronta o PRINCÍPIO DA LEGALIDADE, in verbis:

Lei 14.133/2021:

“Art. 4º. As disposições a que se submetem o caput deste artigo não são aplicadas:

§ 1º As disposições a que se refere o caput deste artigo não são aplicadas:

I - No caso de licitação para aquisição de bens ou contratação de serviços em geral, ao item cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte;

II - No caso de contratação de obras e serviços de engenharia, às licitações cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

§ 2º A obtenção de benefícios a que se refere o caput deste artigo fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo o órgão ou entidade exigir do licitante declaração de observância desse limite na licitação.

§ 3º Nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, será considerado o valor anual do contrato na aplicação dos limites previstos nos §§ 1º e 2º deste artigo.” (Grifos do Advogado)

Ou seja, embora os **PRINCÍPIOS** sejam **VINCULATIVOS** na gestão pública e, conseqüentemente, deverão ser observados em todas as LICITAÇÕES E

CONTRATAÇÕES PÚBLICAS e, por esta razão, Isso significa que tanto a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA como os LICITANTES estão obrigados a seguirem as regras estabelecidas por esses PRINCÍPIOS e pela Lei, mas, não obstante ser esta a característica de V. Sas. no que tange à aplicação do caput do Art. 37 da CONSTITUIÇÃO FEDERAL/1988 e, também, das NORMAS GERAIS estatuídas no caput do Art. 5º da NOVA LEI DE LICITAÇÕES PÚBLICAS E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS Nº 14.133/2021 onde contemplam que as ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS DA UNIÃO, DOS ESTADOS, DO DISTRITO FEDERAL E DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS são obrigados a cumprirem integralmente a CF/88 e o DIPLOMA LEGAL aqui citado nas CONTRATAÇÕES PÚBLICAS conforme transcrição abaixo, in verbis:

Constituição Federal/1988:

“Art. 37. A Administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerão aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:” (Grifo do Advogado)

Lei nº 14.133/2021:

“Art. 5º. Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, (...).” (Grifos do Advogado)

E, assim, além do **PRINCÍPIO DA LEGALIDADE ser VINCULATIVO** como são os demais **PRINCÍPIOS**, ele é um verdadeiro pilar fundamental do ESTADO DE

DIREITO porque estabelece que ninguém pode ser obrigado a fazer ou deixar de fazer algo senão em virtude de lei, isto é, em outras palavras significa que essa ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL e V.Sas. não poderão fazer o que a lei determina, conforme JURISPRUDÊNCIAS do STJ e do TCU transcritas abaixo, nestas palavras:

Jurisprudência do STJ:

“3. A administração pública submete-se de forma rigorosa ao princípio da legalidade administrativa, não lhe sendo lícito entabular CONTRATO ADMINISTRATIVO sem observância das NORMAS LEGAIS pertinentes ao objeto dessa contratação, sob pena, inclusive, de NULIDADE DO CONTRATO. (...)” (REsp Nº 769.878/MG, 2ª t., Rel. Min. Eliane Calmon, j. em 06.09.2007, DJ 26.09.2007) (Grifos do Advogado)

Jurisprudência do TCU:

“Nas licitações ..., regidas pela Lei 14.133/2021 ..., os ... agentes de contratação devem ser servidores efetivos ou empregados dos quadros permanentes da Administração Pública (arts. 6º, inciso LX, e 8º, caput, da Lei 14.133/2021). A não ser em situações extraordinárias, devidamente fundamentada, a indicação de agente público que não satisfaça o comando dos mencionados dispositivos legais pode causar culpa in elegendo da autoridade responsável pela designação por eventuais falhas cometidas pelo agente designado (arts. 7º, caput, e 11, parágrafo único, da mesma lei).” Acórdão 1917/2024 Plenário (Acompanhamento, Relator Ministro Benjamin Zymler)) Grifos do Advogado)

Ainda sobre o PRINCÍPIO DA LEGALIDADE, o mestre Marçal Justen Filho, afirma em sua obra que **“No âmbito da licitação, o princípio da legalidade significa ser vedado à autoridade administrativa adotar qualquer providência ou instituir qualquer restrição sem autorização legislativa. As normas constitucionais e legais**

estabelecem um quadro, o qual delimita a competência da autoridade. Portanto, a validade de qualquer decisão da Administração dependerá não apenas de compatibilidade com a ordem jurídica, mas de uma autorização legislativa específica (ainda que implícita)." (Comentários à Lei de Licitações ..., Dialética, 15ª Ed., S.P., Pág. 72)

Diante de tudo que aqui foi exposto neste ITEM 2.3 do 3º VÍCIO SANÁVEL, é extremamente importante informar a V. Sas. que o ITEM EDITALÍCIO 2.6 contemplado no EDTAL "ut retro" de que:

- 1) **"Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, ..., e para microempreendedor individual-MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123",** e, caso V. Sas. não retifiquem o EDITAL em questão, os(as) Senhores(as) irão DESCUMPRIR o PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL E LEGAL DA LEGALIDADE porque estão **"ferindo de morte"** o
- 2) **Inciso II do Art. 4º da Lei nº 14.133/2021** frente ao **VALOR ESTIMADO DA LICITAÇÃO** em comento que é de **R\$ 16.533.022,46**
- 3) e a **RECEITA BRUTA MÁXIMA ANUAL ADMITIDA** para as **EMPRESAS DE PEQUENO PORTE ou EPPs** participarem de **CERTAMES LICITATÓRIOS** e se beneficiarem dos benefícios contemplados na **Lei Complementar nº 123/2006** é de **R\$ 4.800.000,00** e, conseqüentemente,

- 4) Apresenta-se irregularmente elaborado e, porque não dizer, que também afronta ao que a Nova Lei de Licitações e Contratos determina.

2.4

4º (Quarto) Vício Sanável Estabelecido no Edital Retro mencionado, conforme Transcrição “ipsis litteris” abaixo:

PROJETO BÁSICO Nº 02/2025:

“5. QUALIFICAÇÃO DO FABRICANTE E PROPONENTE

5.3. Comprovar através de Declaração, datada e assinada pelo responsável legal da fábrica do Reservatório, que a proponente é fornecedora ou representante exclusivo de seus produtos.

5.3.1. No caso fabricantes estrangeiros declaração com a devida tradução juramentada.” (Grifos do Advogado)

A CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 02/2025 retromencionada apresenta-se “disfarçadamente” sob a forma de um CERTAME ABERTO, mas, de acordo com a sua essência ou estrutura, é “verdadeiramente” uma CONTRATAÇÃO DIRETA POR INEXIGIBILIDADE em caráter de EXCLUSIVIDADE porque, de “forma disfarçada”, lá no SUBITEM editalício 5.3, V. Sas. exigem que as LICITANTES COMPROVEM “... através de Declaração, datada e assinada pelo responsável legal da fábrica do Reservatório, que a proponente é fornecedora ou representante exclusivo de seus produtos” e, desta forma, percebe-se que V. Sas. não estão querendo ou desejando que a LICITAÇÃO em comento seja, de fato, um CERTAME NA MODALIDADE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA onde LEGALMENTE ou REGULAMENTADAMENTE NÃO É PERMITIDO EXIGIR QUALQUER COMPROVAÇÃO DE QUE OS LICITANTES COMPROVEM QUE SÃO FORNECEDORES OU

REPRESENTANTES EXCLUSIVOS DE SEUS PRODUTOS POR MEIO DE DECLARAÇÃO ASSINADA PELO REPRESENTANTE LEGAL DA FABRICANTE ACOMPANHADA DA TRADUÇÃO JURAMENTADA.

Outrossim, diferentemente do exposto acima, nas CONCORRÊNCIAS regidas pela Lei de Licitações Nº 14.133/2021, ao analisarmos acuradamente o EDITAL “ut retro”, encontramos, para nossa surpresa e estupefação, uma **MODALIDADE LICITATÓRIA MISTA** onde, além de obrigar que os PROPONENTES apresentem suas propostas acompanhadas da “... **Declaração, datada e assinada pelo responsável legal da fábrica do Reservatório, que a proponente é fornecedora ou representante exclusivo de seus produtos**”, verifica-se, sem qualquer esforço intelectual, que estamos frente a uma LICITAÇÃO “COM CARA” DE CONCORRÊNCIA e “CORPO” DE CONTRATAÇÃO DIRETA POR INEXIGIBILIDADE DO TIPO DE EXCLUSIVIDADE porque nas “entranhas” é de fato uma EXCLUSIVIDADE, com fulcro no Art. 74, Inciso I e seu § 1º da Lei nº 14.133/2021, in verbis:

Lei nº 14.133/2021:

“Art.74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

I – Aquisição ..., de equipamentos ... que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante exclusivos;

§ 1º. Para fins do disposto no inciso I do caput deste artigo, a Administração deverá demonstrar a inviabilidade de competição mediante atestado de exclusividade, contrato de exclusividade, declaração do fabricante ou outro documento idôneo capaz de comprovar que o objeto é fornecido ...por produtor, empresa ou

representante comercial exclusivos, vedada a preferência de marca específica.”

Gostaríamos de chamar a atenção de V. Sas. para o fato de que, com as vênias de praxe, tudo leva a crer que essa ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL – objetivando apenas ou principalmente o não cumprimento da obrigatoriedade estampada no caput do Art. 72 e Incisos de I até o VIII e seu Parágrafo único da Lei nº 14.133/2021 –, decidiu, de **“forma pensada”**, em publicar um AVISO DE LICITAÇÃO, na MODALIDADE CONCORRÊNCIA, e incluir no ATO CONVOCATÓRIO algumas CLÁUSULAS EDITALÍCIAS RESTRITIVAS e ILEGAIS sendo, a principal delas, a ideia inventiva de CRIAR UM CERTAME LICITATÓRIO DISFARÇADO DE CONCORRÊNCIA para que os PROPONENTES sejam INABILITADOS porque não COMPROVARAM **“... através de Declaração, datada e assinada pelo responsável legal da fábrica do Reservatório, que a proponente é fornecedora ou representante exclusivo de seus produtos”**, in verbis:

Lei nº 14.133/2021:

Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

I - Documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;

II - Estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei;

III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;

IV - Demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;

V - Comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;

VI - Razão da escolha do contratado;

VII - justificativa de preço;

VIII - autorização da autoridade competente.

Parágrafo único. O ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial.

Art. 73. Na hipótese de contratação direta indevida ocorrida com dolo, fraude ou erro grosseiro, o contratado e o agente público responsável responderão solidariamente pelo dano causado ao erário, sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis. (Grifos do Advogado)

III

DAS CONSIDERAÇÕES

FINAIS E DOS PEDIDOS

A linha argumentativa adotada no presente PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO DO EDITAL “*ut retro*”, dentre outras argumentações, assentou-se precipuamente na LEI Nº 14.133/2021 que contempla disposição taxativa a respeito, transpassando os PRÓPRIOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS para sua NORMATIZAÇÃO, i.e., conforme Art. 11, Incisos I ao IV e Parágrafo Único da Lei Nº 14.133/2021, in verbis:

LEI nº 14.133/20021:

Art. 11. O processo licitatório tem por objetivos:

I - Assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto;

II - Assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição;

III - evitar contratações com sobrepreço ou com preços manifestamente inexequíveis e superfaturamento na execução dos contratos;

IV - Incentivar a inovação e o desenvolvimento nacional sustentável. Parágrafo único. A alta administração do órgão ou entidade é responsável pela governança das contratações e deve implementar processos e estruturas, inclusive de gestão de riscos e controles internos, para avaliar, direcionar e monitorar os processos licitatórios e os respectivos contratos, com o intuito de alcançar os objetivos estabelecidos no caput deste artigo, promover um ambiente íntegro e confiável, assegurar o alinhamento das contratações ao planejamento estratégico e às leis orçamentárias e promover eficiência, efetividade e eficácia em suas contratações. (Grifos do Advogado)

Portanto, “...assegurar tratamento isonômico entre licitantes ...” e a “... justa competição” não foram asseguradas e contempladas no PROCESSO LICITATÓRIO em referência porque V. Sas., inteligentemente, **“CRIARAM UM CERTAME LICITATÓRIO MISTO com CARA DE CONCORRÊNCIA, CORPO DE CONTRATAÇÃO DIRETA e ALMA DE INEXIGIBILIDADE”** porque, frente aos fatos, talvez algum ou alguns agentes públicos envolvidos na LICITAÇÃO em questão é sabedor ou são sabedores quais são nominalmente as EMPRESAS DISTRIBUIDORAS ou REPRESENTANTES EXCLUSIVOS do RESERVATÓRIO assinalado no SUBITEM 5.3 do ITEM 5 do PROJETO BÁSICO Nº 02/2025 e, por estas razões, aí estão os **motivos implícitos do direcionamento.**

Acentue-se ainda que V.Sas., na condição de AUTORIDADES máximas do PROCESSO LICITATÓRIO, têm o DEVER-PODER de rever seus ATOS e REVOGÁ-LOS em razão do INTERESSE PÚBLICO ou ANULÁ-LOS quando os mesmos se encontrarem eivados de VÍCIOS, seja de OFÍCIO ou mediante provocação, como é o caso objeto da presente demanda, com base na decisão do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, através da SÚMULA Nº 473, que assentou o seguinte, sic:

Súmula 473 do STF:

“A Administração pode anular seus próprios atos quando eivados de vícios que os tornem ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvados em todos os casos a apreciação judicial”.

Finalmente e com as vênias de estilo, manifestamo-nos totalmente contrários à realização da LICITAÇÃO em comento porque o PRINCÍPIO DA LEGALIDADE foi totalmente ignorado por parte de V.Sas. e, por este motivo, resta claro, porém, que a única opção dessa ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, conforme outorga legal, é de proceder RETIFICAÇÃO e REPUBLICAÇÃO do EDITAL porque, caso assim V.Sas. não procedam em face dos ATOS ILEGAIS PRATICADOS, ingressaremos com:

(1) REPRESENTAÇÃO ADMINISTRATIVA (DENÚNCIA), com PEDIDO DE DECISÃO CAUTELAR DE NULIDADE DO EDITAL em questão, junto ao TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO-TCEMT, com cópia para o MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS ou ESPECIAL do TCEMT, caso os INTEGRANTES da

1ª(PRIMEIRA) LINHA DE DEFESA e 2ª (SEGUNDA) LINHA DE DEFESA se omitam de suas responsabilidades e, também impetraremos

(2) REPRESENTAÇÃO (DENÚNCIA) junto ao MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO-MPMT, caso os INTEGRANTES da 1ª(PRIMEIRA) LINHA DE DEFESA e 2ª (SEGUNDA) LINHA DE DEFESA, com **PEDIDO** de abertura de procedimentos investigativos no que tange ao **PROCESSO LICITATÓRIO** em comento desde a ELABORAÇÃO do DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA-DFD e do ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR-ETP, incluindo também o PARECER JURÍDICO OBRIGATORIO DE CONTROLE PRÉVIO DE LEGALIDADE e demais documentos pertinentes à instrução processual.

Nestes Termos,

Pede e Espera Deferimento.

Capinzal-SC, 13 de junho de 2025.

STEFANO
FARINA:00932
886973

Assinado digitalmente por STEFANO FARINA:00932886973
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Presencial, OU=00873922000180,
OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e
CPF A1, OU=(em branco), CN=STEFANO FARINA:00932886973
Razão: Eu estou aprovando este documento
Localização:
Data: 2025.06.13 17:40:38-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 12.1.3

FAST INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA

Stefano Farina

Sócio Diretor

Av. José Leonardo Santos, 1955
São Cristóvão • CEP: 89665-000
Capinzal • Santa Catarina
Fone: +55 (49) **3555.7250**

Documentos Encaminhados em Anexo:

1 - Contrato Social e Identidade: Doc. 01;

**A presente petição foi elaborada pelo
advogado Mendonça, Daysival Antônio,
inscrito na OAB/RJ nº 90.288 e com
daysivalmendonca.adv@gmail.com.br**

**ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 18 DA SOCIEDADE
FAST INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA
CNPJ nº 00.771.598/0001-12
NIRE 42202064691**



http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=CS0hguYo717pdt7CdbY46Q&chave2=Ug8cwwspH_-oKcj5CvUIRA
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 00932886973-STEFANO FARINA|43262937991-MARIUS JULIANO FARINA

MARIUS JULIANO FARINA, nacionalidade brasileiro, nascido em 03/12/1961, casado em comunhão universal de bens, engenheiro mecânico, inscrito no CPF sob nº 432.629.379-91, Carteira de Identidade nº 858.250, Órgão Expedidor SSP - SC, residente e domiciliado na Avenida XV de Novembro, 216, Centro, Capinzal, SC, CEP 89665000, Brasil.

STEFANO FARINA, nacionalidade brasileiro, nascido em 14/07/1993, solteiro, empresário, CPF nº 009.328.869-73, Carteira de Identidade nº 4.954.299, órgão expedidor SESP - SC, residente e domiciliado na Avenida XV de Novembro, 216, Centro, Capinzal, SC, CEP 89665000, Brasil.

Sócios da sociedade limitada de nome empresarial **FAST INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA**, registrada legalmente por contrato social devidamente arquivado nesta Junta Comercial do Estado de Santa Catarina, sob NIRE nº 42202064691, com sede Av. José Leonardo Santos, 1.955, Vila 7 de Julho, São Cristóvão Capinzal, SC, CEP 89665000, devidamente inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica/MF sob o nº 00.771.598/0001-12, deliberam de pleno e comum acordo ajustarem a presente alteração contratual, nos termos da Lei nº 10.406/ 2002, mediante as condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

Resolvem de pleno e comum acordo por este instrumento **ALTERAR** o seu Contrato Social da seguinte forma:

1- Registrar a constituição da Filial de Curitiba/PR que terá como nome empresarial igual ao da matriz, tendo como objeto social o ramo de projetos, comercialização, exportação, locação, instalação, manutenção e assistência técnica de decanters centrífugos e equipamentos utilizados em tratamento de afluentes, efluentes e na indústria frigorífica, peças e acessórios comercialização e exportação de máquinas, equipamentos, peças e acessórios comércio, importação e exportação de produtos siderúrgicos e metalúrgicos para industrialização comércio, serviços de usinagem, tornearia e solda construção de instalações hidráulicas, sanitárias e gás, construção de redes de abastecimento e água, coleta de esgoto e construção correlatas. A filial terá sua sede na Rua Omílio Monteiro Soares, 438, Bairro Fanny no Município de Curitiba/PA, CEP 81030000. A filial iniciará suas atividades a partir da data do registro e seu prazo de duração é por tempo indeterminado. (Art. 997, II CC/2002).

E na melhor forma de direito **CONSOLIDAR** o Contrato Social, com suas alterações acima descritas, que se rege pela Lei 10.406 de 11 de janeiro de 2002, através de seu novo Código Civil Brasileiro e pelas demais disposições legais aplicáveis a espécie, passando a vigorar com as seguintes cláusulas:

**CONTRATO SOCIAL
CAPÍTULO I
DENOMINAÇÃO SOCIAL, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO.**

CLÁUSULA 1ª: A sociedade gira sob a denominação social de **FAST INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA**, inscrita o CNPJ sob nº 00.771.598/0001-12, através de seu Contrato Social devidamente registrada na JUCESC sob o NIRE nº 42202064691 de 21/08/1995.

Página 1



ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 18 DA SOCIEDADE
FAST INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA
CNPJ nº 00.771.598/0001-12
NIRE 42202064691

CLÁUSULA 2ª: A sociedade tem sua sede e foro na Av. José Leonardo Santos, nº 1955, Vila 7 de Julho, Bairro São Cristóvão, no município de Capinzal, estado de Santa Catarina, CEP 89665-000, possuindo as seguintes filiais:

FILIAL MARITUBA/PA nº 01 com sede na Rodovia BR 316, s/n, Km 10, Bairro São João, Marituba/PA, CEP 67202-605, inscrita no CNPJ sob nº 00.771.598/0004-65, registrada na Junta Comercial do Estado de Pará, sob o nº 15902025484.

FILIAL CURITIBA-PR nº 02, com sede na Rua Omílio Monteiro Soares, nº 438, Fanny, Curitiba/PR, CEP 81030-000.

CLÁUSULA 3ª. A sociedade poderá, a critério e por deliberação da administração ou dos sócios criar, instalar, manter ou extinguir agências, sucursais, filiais, escritórios e departamentos em qualquer ponto do território nacional ou exterior.

Parágrafo único: Criada a filial, sucursal, agência, escritório ou departamento, os sócios farão inscrever no Registro Público de Empresas Mercantis na sede e local onde funcionará o estabelecimento, indicando o respectivo endereço e o valor do capital que para o mesmo será destinado.

CLÁUSULA 4ª. A sociedade tem como objeto social o ramo de projetos, fabricação, comercialização, exportação, locação, instalação, manutenção e assistência técnica de decanters centrífugos e equipamentos utilizados em tratamento de afluente, efluente e na indústria frigorífica, peças e acessórios fabricação, comercialização e exportação de máquinas, equipamentos, peças e acessórios; importação e exportação de produtos químicos e petroquímicos para industrialização; comércio, importação e exportação de produtos siderúrgicos e metalúrgicos para industrialização; comércio, serviços de usinagem, tornearia e solda; fabricação e montagem de estruturas metálicas; construção de instalações hidráulicas, sanitárias e gás; construção de redes de abastecimentos e água, coleta de esgoto e construção correlatas.

A FILIAL MARITUBA/PA TEM COMO ATIVIDADE: ramo de projetos, fabricação, comercialização, exportação, locação, instalação, manutenção e assistência técnica de decantes centrífugos e equipamentos utilizados em tratamento de afluente, efluente e na indústria frigorífica, peças e acessórios fabricação, comercialização e exportação de máquinas, equipamentos, peças e acessórios importação e exportação de produtos químicos e petroquímicos para industrialização comércio, importação e exportação de produtos siderúrgicos e metalúrgicos para industrialização comércio, serviços de usinagem, tornearia e solda fabricação e montagem de estruturas metálicas construção de instalações hidráulicas, sanitárias e gás construção de redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções correlatas.

Página 2



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 11/10/2023 Data dos Efeitos 09/10/2023

Arquivamento 20237747456 Protocolo 237747456 de 10/10/2023 NIRE 42202064691

Nome da empresa FAST INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 68703431271300

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 11/10/2023 LUCIANO LEITE KOWALSKI - Secretário-Geral

11/10/2023

ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 18 DA SOCIEDADE
FAST INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA
CNPJ nº 00.771.598/0001-12
NIRE 42202064691

A FILIAL CURITIBA-PR TEM COMO ATIVIDADE: ramo de projetos, comercialização, exportação, locação, instalação, manutenção e assistência técnica de decaners centrífugos e equipamentos utilizados em tratamento de afluente, efluente e na indústria frigorífica, peças e acessórios comercialização e exportação de máquinas, equipamentos, peças e acessórios comércio, importação e exportação de produtos siderúrgicos e metalúrgicos para industrialização comércio, serviços de usinagem, tornearia e solda construção de instalações hidráulicas, sanitárias e gás, construção de redes de abastecimento e água, coleta de esgoto e construção correlatas.

CLÁUSULA 5ª. A empresa iniciou suas atividades em 01/08/1995 e o prazo de duração da sociedade é por tempo indeterminado (art. 997, II CC/2002).

CAPITULO II
CAPITAL SOCIAL, QUOTAS, RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS E
RESPONSABILIDADE TÉCNICA

CLÁUSULA 6ª. O Capital Social da sociedade é de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), representado por 20.000.000 (vinte milhões) de quotas, no valor nominal unitário de R\$ 1,00 (um real), totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, assim distribuído entre os sócios: (art. 997, III, CC/2002 e art. 1.055, CC/2002).

SÓCIO	QUOTAS	PERCENTUAL	VALOR
MARIUS JULIANO FARINA	19.900.000	99,5%	R\$ 19.900.000,00
STEFANO FARINA	100.000	0,5%	R\$ 100.000,00
TOTAL	20.000.000	100%	R\$ 20.000.000,00

O Capital Social procede-se com o seguinte destaque:

MATRIZ	R\$ 19.800.000,00
FILIAL MANDIRITUBA	R\$ 200.000,00
TOTAL	R\$ 20.000.000,00

CLÁUSULA 7ª A responsabilidade de cada sócio está restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do Capital Social. (Art. 1.052, CC/2002).

Parágrafo 1º: Os sócios não respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais.

Parágrafo 2º: Cada quota dá direito a um voto nas deliberações sociais e é indivisível em relação à sociedade.

Página 3



ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 18 DA SOCIEDADE
FAST INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA
CNPJ nº 00.771.598/0001-12
NIRE 42202064691

CLÁUSULA 8ª. O Capital Social poderá ser aumentado ou reduzido, segundo as necessidades da sociedade, nos termos e na forma pela qual deliberaram em instrumento próprio.

Parágrafo 1º: Nos casos de aumento de capital, cada sócio quotista terá o direito de preferência para subscrever as quotas correspondentes ao aumento, na proporção daquelas por ele possuídas na ocasião.

Se qualquer sócio quotista não exercer o direito de preferência aqui estabelecido, tal direito será transferido automaticamente aos outros quotistas.

Parágrafo 2º: Para o fim de assegurar a sociedade uma perfeita interação de seus sócios na participação do capital social, e em conformidade com a intenção e vontade dos sócios, ficam, entre todos, expressamente convencionado que os atuais sócios somente poderão ceder e transferir as quotas da sociedade que detém com a anuência dos demais sócios.

Parágrafo 3º: O sócio não poderá ceder para terceiro o direito de preferência no aumento do capital social. Somente será permitido o ingresso, para aumento de capital social, de pessoa estranha à sociedade, com deliberação da totalidade dos votos correspondentes ao capital social.

CLÁUSULA 9ª. Em caso de diminuição de capital, será proporcional e igual a cada quota.

CLÁUSULA 10ª. As quotas da sociedade são impenhoráveis, não podendo ser liquidadas mediante requerimento de credores dos sócios, sendo nulas de pleno direito as transações que as onerem.

CLÁUSULA 11ª. Para a prática de atos de liberdade em nome da sociedade, tais como a prestação de garantia, avais e fianças em favor de terceiros, e outros atos estranhos aos objetivos e negócios sociais, fica estabelecida a necessidade de anuência de todos os sócios.

CLÁUSULA 12ª. Os sócios não poderão manter, participar, ou estabelecer quaisquer vínculos com pessoa jurídica ou com pessoa natural, personificada ou não personificada, onde haja vinculação de sua quota do capital social, salvo disposição em contrário.

CLÁUSULA 13ª. Quando exigido em razão das atividades desenvolvidas pela sociedade, a responsabilidade técnica estará a cargo de profissional habilitado na forma da lei.

CAPITULO III
CESSÃO DE QUOTAS, APURAÇÃO DE HAVERES, RETIRADA, FALECIMENTO OU
EXCLUSÃO DE SÓCIO

CLÁUSULA 14ª: As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direito de

Página 4



ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 18 DA SOCIEDADE
FAST INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA
CNPJ nº 00.771.598/0001-12
NIRE 42202064691

preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente. (Art. 1.056, art. 1.057, CC/2002).

Parágrafo 1º: O sócio que pretende ceder ou transferir total ou parte de suas quotas deverá notificar aos outros sócios, discriminando a quantidade de quotas postas à venda, o preço, forma e prazo de pagamento, para que estes exerçam ou renunciem ao direito de preferência, que deverão fazer dentro de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da notificação ou em prazo maior a critério do sócio alienante. Se todos os sócios manifestarem seu direito de preferência, a cessão de quotas se fará na proporção das quotas que não possuírem. Decorrido esse prazo sem que seja exercido o direito de preferência, as quotas poderão ser livremente transferidas.

Parágrafo 2º: Ficam dispensadas as formalidades e prazos do parágrafo anterior se houver concordância expressa por escrito por parte de todos os demais sócios quanto à sessão de quotas. Assim, somente será permitido o ingresso, para aumento do Capital, de pessoa estranha à sociedade, com a deliberação da totalidade dos atos correspondentes ao Capital Social.

Parágrafo 3º: Não convindo a sociedade a transferência das quotas do sócio retirante, o capital social será diminuído do capital retirante, pagando a sociedade os haveres na forma a Cláusula 15ª.

CLÁUSULA 15ª: Os haveres do sócio retirante interdito, falido, insolvente, impedido, excluído, dissidente ou dos herdeiros do sócio falecido, serão apurados com base em Balanço especialmente levantado para esse fim, pagável em 72 (setenta e duas) prestações mensais, iguais e consecutivas, acrescidas de juros de 6% (seis por cento) ao ano e correção monetária calculada pela SELIC ou índice similar que preserve o valor da moeda, vencendo a primeira parcela em 60 (sessenta) dias a contar do desligamento do sócio.

Parágrafo único: Se a situação econômica – financeira da Sociedade permitir, os sócios remanescentes poderão estabelecer condições e prazos mais favoráveis que os previstos no caput.

CLÁUSULA 16ª: A sociedade não se dissolverá pela retirada, exclusão, interdição, falência, insolvência ou impedimento de qualquer dos quotistas, efetuando-se a apuração de seus haveres na forma disposta na Clausula 14ª.

Parágrafo 1º: A permanência dos herdeiros na sociedade poderá ser vetada por sócios que representam a maioria do capital social, caso em que aplicar-se-á o disposto na Clausula 15ª.

Parágrafo 2ª. Na hipótese de falecimento do sócio administrador, os sócios remanescentes exercerão a administração na sua completude em seu lugar. Podendo, para tanto, assinar todos e quaisquer documentos.

Página 5



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 11/10/2023 Data dos Efeitos 09/10/2023

Arquivamento 20237747456 Protocolo 237747456 de 10/10/2023 NIRE 42202064691

Nome da empresa FAST INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 68703431271300

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 11/10/2023 LUCIANO LEITE KOWALSKI - Secretário-Geral

11/10/2023

ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 18 DA SOCIEDADE
FAST INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA
CNPJ nº 00.771.598/0001-12
NIRE 42202064691

CLÁUSULA 17ª. A sociedade também não se dissolvera por falecimento de qualquer dos quotistas, caso em que os herdeiros, ingressarão na Sociedade, respeitando a distribuição de quotas que vier a ser feita pela sucessão aos herdeiros, salvo se no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da distribuição, optarem por dela se retirar obedecendo ao disposto na lei.

Parágrafo 1º: A permanência dos herdeiros na sociedade poderá ser vetada por sócios que representem a maioria do Capital Social, caso em que aplicar-se-á o disposto na Clausula 14ª.

Parágrafo 2º: Na hipótese de falecimento do sócio administrador, os sócios remanescentes exercerão a administração na sua completude em seu lugar. Podendo, para tanto, assinar todos e quaisquer documentos.

CLÁUSULA 18ª. A sociedade poderá, mediante deliberação dos sócios representativa de mais da metade do Capital Social, efetuar a exclusão de qualquer sócio, mediante justa causa.

Parágrafo 1º: A deliberação de exclusão deverá ser tomada em reunião de quotistas convocada especialmente para tal fim, sendo facultado ao sócio acusado, nesta ocasião, a apresentação de defesa.

Parágrafo 2º: Entende-se como justa causa, além de outras hipóteses causadoras de prejuízo aos negócios sociais ou a affectio societatis, a violação de clausula contratual, a concorrência desleal, o uso indevido da firma ou denominação social, a recusa à prestação de serviços necessários ao desenvolvimento dos negócios sociais, a superveniência de incapacidade moral, a falência ou insolvência civil, e incompatibilidade com os demais sócios.

Parágrafo 3º. Extinto direitos e haveres, deverá ser aplicado ao sócio excluído as disposições previstas na Cláusula 14ª.

CAPITULO IV
DELIBERAÇÕES SOCIAIS – REUNIÃO DE QUOTISTAS

CLÁUSULA 19ª: A reunião ordinária dos Quotistas poderá ser realizada dentro dos quatro primeiros meses seguintes ao termino do exercício social, para deliberar, ouvida a administração, sobre as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras, deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e, quando for o caso, reeleger e designar novos administradores, fixar as respectivas remunerações e outras matérias de interesse da sociedade.

Parágrafo único: Será dispensada a Reunião de Quotistas quando todos os sócios decidirem, por escrito, sobre a matéria que seria objeto da mesma.

CLÁUSULA 20ª: Dependem da deliberação dos sócios, além de outras matérias indicadas na Lei ou no contrato:

Página 6



ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 18 DA SOCIEDADE
FAST INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA
CNPJ nº 00.771.598/0001-12
NIRE 42202064691

- a) Aprovação das contas da administração;
- b) A designação dos administradores, quando feita em ato separado;
- c) A destituição dos administradores;
- d) O modo de sua remuneração, quando não estabelecido no contrato;
- e) A modificação do contrato social;
- f) A incorporação, a fusão e a dissolução da sociedade, ou a cessação do estado de liquidação;
- g) A nomeação e destituição dos liquidantes e o julgamento das suas contas;
- h) O pedido de recuperação judicial.

Parágrafo 1º: As deliberações tomadas em conformidade com o presente contrato e ao amparo da lei vinculam todos os sócios, ainda que ausentes ou dissidentes.

Parágrafo 2º: Os sócios poderão ser representados nas reuniões por outro sócio ou por ter procurador devidamente constituído em instrumento próprio, com poderes para tanto devendo dito instrumento, ser levado a registro juntamente com a Ata da Reunião.

CAPITULO V
ADMINISTRAÇÃO

CLÁUSULA 21ª: A sociedade é administrada pelo sócio quotista **MARIUS JULIANO FARINA**, anteriormente qualificado, ao qual compete individualmente, à prática de todos os atos de gestão e administração, por mais especiais que sejam, podendo ainda representar a sociedade ativa, passiva, judicial, e extrajudicial, perante órgãos públicos, instituições financeiras privadas e terceiros em geral, bem como praticar todos os demais atos necessários consecução dos objetivos ou a defesa dos interesses e direitos da sociedade e de empresas ligadas a esta sociedade, por participação direta no Capital Social ou por mera ligação de sócios, sendo vedado o uso do nome empresarial em negócios estranhos aos fins sociais, nos termos do artigo 1.064 do CC/2002.

Parágrafo 1º: O sócio administrador responderá para com a sociedade e para com terceiros, solidaria e ilimitadamente, pelo excesso de mandato e pelos atos que vierem a praticar com violação da lei ou do presente contrato.

Parágrafo 2º: Para onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, será necessária somente a assinatura do sócio administrador da empresa.

Parágrafo 3º: Faculta-se aos administradores, nos limites de seus poderes, constituir mandatários da sociedade, especificando no instrumento os atos e operações que poderão praticar.

Parágrafo 4º: No exercício da administração, os administradores terão direitos a uma retirada mensal, a título de pró-labore.



ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 18 DA SOCIEDADE
FAST INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA
CNPJ nº 00.771.598/0001-12
NIRE 42202064691

Parágrafo 5º: Na hipótese de falecimento do sócio administrador, os sócios remanescentes exercerão a administração na sua completude em seu lugar. Podendo, para tanto, assinar todos e quaisquer documentos.

CLÁUSULA 22ª: O administrador declara, sob penas da lei, que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crimes falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão. Peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade. (Art. 1.011, § 1º, CC/2002).

CLÁUSULA 23ª: Fica facultada a nomeação de administradores não pertencentes ao quadro societário, e de sócios em ato separado, nos termos do art. 1061, CC/2002.

CLÁUSULA 24ª: A sociedade poderá ser representada por procuradores. As procurações outorgadas pela sociedade deverão especificar, no instrumento de mandato, os respectivos poderes e o prazo de vigência, com exceção das procurações “*ad judicium*”, as quais não terão prazo de validade fixado. Para a outorga de procuração, será suficiente a assinatura do sócio administrador da empresa **MARIUS JULIANO FARINA** devidamente citado e qualificado acima.

CAPITULO VI
DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO, EXERCÍCIO SOCIAL, RESERVAS E DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS

CLÁUSULA 25ª: Ocorrerá dissolução da Sociedade quando houver insuficiência de Capital, impossibilidade de execução do objeto social, falta de pluralidade de sócios, não reconstituída no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, nas hipóteses previstas na Lei, ou por deliberação dos sócios.

CLÁUSULA 26ª: Determinada a dissolução, cumpre à Administração providenciar imediatamente a investidura do liquidante que poderá ser um dos sócios ou um terceiro, devidamente escolhido pelos sócios. Procedendo-se a liquidação da Sociedade, e uma vez saldado todo o passivo, o ativo restante será partilhado entre os sócios, proporcionalmente às suas participações no Capital Social.

CLÁUSULA 27ª: O exercício social iniciar-se-á no dia 01 de janeiro e terminará no dia 31 de dezembro do mesmo ano, devendo o administrador, nesta ocasião, prestar contas justificadas de sua administração, procedendo a elaboração das demonstrações financeiras exigidas em lei, que não precisarão ser arquivadas perante o Registro do Comércio ou publicadas.

Parágrafo 1º: Do lucro apurado, depois de deduzido os impostos, o remanescente será distribuído aos sócios e/ou usufrutuários das quotas. Ocorrendo prejuízos, serão compensados com resultados positivos futuros, com lucros acumulados, ou absorvidos pelo Capital Social, com sua consequente

Página 8



**ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 18 DA SOCIEDADE
FAST INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA
CNPJ nº 00.771.598/0001-12
NIRE 42202064691**

redução, nos termos da lei. Os sócios participarão nos resultados proporcionalmente a participação social de cada um.

Parágrafo 2º: Poderão os sócios deliberar a distribuição desproporcional dos lucros.

Parágrafo 3º: A sociedade poderá levantar demonstrações financeiras intermediárias, proceder com a apuração contábil mensal de lucro e distribuir lucros apurados a qualquer tempo, observadas as limitações legais, e ainda distribuir lucros com base nos lucros acumulados ou reservas de lucros constantes do último balanço patrimonial.

**CAPITULO VII
DISPOSIÇÕES FINAIS**

CLÁUSULA 28ª: A Sociedade não terá Conselho Fiscal, sendo, portanto, vedada a sua instalação, sem previa alteração do presente Contrato Social.

CLÁUSULA 29ª: Nos casos omissos neste contrato, Sociedade se regerá pelos dispositivos referentes as Sociedades Limitadas, constantes na Lei nº 10.406 de 10/01/2002, e, terá regência supletiva, no que for aplicável pela Lei nº 6.404 de 15.12.1976, alterada pela Lei 11.638 de 28/12/2007, do conhecimento de todos os sócios, que a elas se sujeitam como se de cada uma, se fizesse aqui especial menção.

CLÁUSULA 30ª: Fica eleito o Foro da comarca de Capinzal/SC, para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E por estarem justos e contratados, lavram, datam e assinam o presente contrato em uma via de inteiro teor, devidamente rubricada pelos sócios, que se obrigam fielmente por si e seus herdeiros a cumpri-lo em todos os seus termos.

Capinzal/SC, 26 de setembro de 2023

Marius Juliano Farina

Stefano Farina

Página 9



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 11/10/2023 Data dos Efeitos 09/10/2023

Arquivamento 20237747456 Protocolo 237747456 de 10/10/2023 NIRE 42202064691

Nome da empresa FAST INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 68703431271300

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 11/10/2023 LUCIANO LEITE KOWALSKI - Secretário-Geral

11/10/2023



237747456

TERMO DE AUTENTICACAO

NOME DA EMPRESA	FAST INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
PROTOCOLO	237747456 - 10/10/2023
ATO	002 - ALTERACAO
EVENTO	026 - ABERTURA DE FILIAL EM OUTRA UF

MATRIZ

NIRE 42202064691
CNPJ 00.771.598/0001-12
CERTIFICO O REGISTRO EM 11/10/2023
SOB N: 20237747456

EVENTOS

051 - CONSOLIDACAO DE CONTRATO/ESTATUTO ARQUIVAMENTO: 20237747456

FILIAIS FORA DA UF

NIRE 41902006847
CNPJ 00.771.598/0005-46
ENDERECO: RUA OMILIO MONTEIRO SOARES, CURITIBA - PR
EVENTO 026 - ABERTURA DE FILIAL EM OUTRA UF

REPRESENTANTES QUE ASSINARAM DIGITALMENTE

Cpf: 00932886973 - STEFANO FARINA - Assinado em 09/10/2023 às 13:36:45

Cpf: 43262937991 - MARIUS JULIANO FARINA - Assinado em 09/10/2023 às 13:36:03



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 11/10/2023 Data dos Efeitos 09/10/2023

Arquivamento 20237747456 Protocolo 237747456 de 10/10/2023 NIRE 42202064691

Nome da empresa FAST INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>








Chancela 68703431271300

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 11/10/2023 LUCIANO LEITE KOWALSKI - Secretário-Geral

11/10/2023

 	REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA SECRETARIA NACIONAL DE TRÂNSITO		
	CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO / DRIVER LICENSE / PERMISO DE CONDUCCIÓN		
2º NOME E SOBRENOME STEFANO FARINA		1ª HABILITAÇÃO 13/09/2011	
 		3 DATA, LOCAL E UF DE NASCIMENTO 14/07/1993, CAPIZAL, SC	
		4a DATA EMISSÃO 17/08/2022	4b VALIDADE 01/08/2032
		ACC 	
		D	
		4c DOC IDENTIDADE / ÓRG EMISSOR / UF 4954299 SSP SC	
4d CPE 009.328.869-73		5 Nº REGISTRO 05301403449	
NACIONALIDADE BRASILEIRO		3 CAT HAB AB	
FILIAÇÃO MARIUS JULIANO FARINA		EDI MARIA LONGO FARINA	
7 ASSINATURA DO PORTADOR			

2405532874

9	10	11	12
ACC 			
A 		01/08/2032	
A1 			
B 		01/08/2032	
B1 			
C 			
C1 			

12 OBSERVAÇÕES

A

LOCAL
FLORIANOPOLIS, SC

ASSINADO DIGITALMENTE

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

S1770843389

SC177890487

SANTA CATARINA

QR-CODE



Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em:
<https://www.serpro.gov.br/assinador-digital>.

SERPRO / SENATRAM

2. 2. 1. Nome e Sobrenome / Name / Birthname / Nome e Apellidos - Primeira Habilitação / First Driver License / Primera Licencia de Conducir - 3. Data de Nascimento / Date and Place of Birth DD/MM/YYYY / Fecha y Lugar de Nacimiento - 4a. Data de Emissão / Issuing Date DD/MM/YYYY / Fecha de Emisión - 4b. Data de Validade / Expiration Date DD/MM/YYYY / Valido Hasta - ACC - 4c. Documento Identidade - Órgão emissor / Identity Document - Issuing Authority / Documento de Identificación - Autoridad Expedidora - 4d. CPF - 5. Número de registro da CNH / Driver License Number / Número de Permiso de Conducir - 9. Categoria de Veículos da Carteira de Habilitação / Driver license Class / Categoría de Permisos de Conducir - Nacionalidade / Nationality / Nacionalidad - 11. Filiação / Filiação - 12. Observações / Observations / Observaciones - Local / Place / Lugar

I<BRA053014034<493<<<<<<<<<
9307148M3208014BRA<<<<<<<<<4
STEFANO<<FARINA<<<<<<<<<<<<